

OS DISPOSITIVOS E AS ESTRUTURAS: CONSTRUINDO O MAPEAMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

DISPOSITIVE AND STRUCTURE MATTER: CONCEIVING THE MARIA PENHA LAW'S MAPPING

VINICIUS FERREIRA BAPTISTA

Doutor em Políticas Públicas (2016) e em Ciências Sociais (2023) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Adjunto do Departamento de Administração Pública desde 2014. Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Lattes: [http://lattes.cnpq.br/1519850039767968].

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8717-8332>.

viniciusferbap@ufrj.br

DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.10515868].

Recebido em: 14.06.2023

Aprovado em: 10.10.2023

Última versão do autor: 11.10.2023

ÁREAS DO DIREITO: Processual; Penal

RESUMO: O presente texto mapeia e analisa processos no âmbito da Lei Maria da Penha (LMP). Afastamo-nos de compreensões estritamente jurídicas e aplicamos a lógica da violência contra a mulher em três fases processuais de ações: (i) pré-violência; (ii) violência imediata; (iii) pós-violência. A originalidade está em uma proposta em três partes: (i) mapear os conceitos envolvidos; (ii) mapear as dimensões de operacionalização da lei; (iii) mapear o processo da Lei como um todo. Metodologicamente, nos pautamos no mapeamento de processos e utilizamos técnicas de construção de quadros e fluxograma e cotejamos com a literatura existente sobre a LMP. Destacamos as competências nos níveis

ABSTRACT: This text maps and analyzes processes under the Maria da Penha Law (LMP). We move away from strictly legal understandings and apply the logic of violence against women in three procedural stages of action: (i) pre-violence; (ii) immediate violence; (iii) post-violence. The originality is in a proposal in three parts: (i) mapping the concepts involved; (ii) map the dimensions of the law's operationalization; (iii) map the Law process as a whole. Methodologically, we are guided by process mapping and we use frame and flowchart construction techniques and compare the existing literature on LMP. We highlight competencies at government levels; we delimited a procedural path; thirdly, we highlight

governamentais; delimitamos um caminho processual; em terceiro, balizamos os gargalos que se sobrepõem em maior evidência e que caracterizam aquele determinado processo. Ao mapear estes processos, demonstramos as evidências de fragilidades, tendo em vista a melhoria de processos na LMP. Desarticulação intergovernamental e intersetorial, fases desconexas, alto grau de discricionariedade na maior parte das etapas, são alguns dos indicativos percebidos. Trata-se de uma Lei operacionalizada conceitual e tecnicamente por pessoas em todas as suas fases, o que demanda capacitação e qualificação objetiva aos gargalos que dela decorrem. Ao mesmo tempo, a LMP necessita do envolvimento contínuo da sociedade na cobrança ao cumprimento da Lei e, não obstante, na cobrança das atitudes e mentalidades daqueles que a operacionalizam.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria da Penha – Implementação – Políticas públicas – Processos – Violência contra a mulher.

the bottlenecks that are more evident and that characterize that particular process. By mapping these processes, we demonstrate evidence of weaknesses with a view to improving LMP processes. Intergovernmental and inter-sectoral disarticulation, disconnected phases, high degree of discretion in most stages, are some of the perceived indicators. It is a law conceptually and technically operationalized by people in all its phases, which requires training and objective qualification for the bottlenecks that arise from it. At the same time, the LMP needs the continuous involvement of society in demanding compliance with the Law and, nevertheless, in demanding the attitudes and mentalities of those who implement it.

KEYWORDS: Maria da Penha Law – Implementation – Public policies – Process – Violence against women.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. A questão da implementação e dos processos nas políticas públicas. 3. A Lei Maria da Penha. 4. Resultados: mapeando os processos e a Lei Maria da Penha. 5. Pelo uso de evidências na melhoria de processos na Lei Maria da Penha. 6. Considerações finais. 7. Referências.

1. INTRODUÇÃO

Este¹ texto desenvolve o mapeamento do desenvolvimento da implementação da Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha (LMP), à luz do mapeamento de processos escavando suas operações, fases, conceitos e atividades estruturadas. A originalidade está em uma proposta em três partes: (i) mapear os conceitos envolvidos; (ii) mapear as dimensões de operacionalização da lei; (iii) mapear o processo da Lei como um todo. Neste sentido, destacamos três fases da Lei Maria da Penha a partir da lógica da violência e que se articulam com os objetivos da Lei: prevenção, proteção e punição, respectivamente, as fases de pré-violência, violência imediata e pós-violência. Este recurso é tanto uma proposta descritiva quanto analítica.

A importância deste tema é justificada em duas frentes. Primeiro, o sentido crítico da violência. Os relatórios “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” e o

1. A pesquisa contou com financiamento por meio de bolsas do CNPq, da Faperj e da Capes.

BAPTISTA, Vinicius Ferreira. Os dispositivos e as estruturas: construindo o mapeamento da Lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. vol. 201. ano 32. p. 313-346. São Paulo: Ed. RT, mar./abr. 2024. DOI: [https://doi.org/10.5281/zenodo.10515868].